

**projeto temático fapesp ecopolítica:
governamentalidade planetária e resistências na sociedade de controle**

fluxo de ecologia

primeiro relatório de pesquisa

**Sofia Osório
Outubro de 2010**

Relatório de pesquisa – outubro de 2010

Entre os dias 6 e 8 de outubro de 2010 foi realizado, em Cuiabá, o VI Encontro da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental¹, com o tema *Territórios e Identidade*. No interior do evento, ocorrido na Universidade Federal de Mato Grosso, foram produzidos três eventos satélites: o I Encontro das Juventudes Mato-grossenses, o III Encontro da Educação Ambiental Escolarizada e o II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso (cf. <http://www.ufmt.br/remtea/viremtea/index.htm>).

De acordo com a página eletrônica da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso²,

O II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso será promovido pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA/UFMT) e Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) em parcerias com várias entidades e conta com o importante apoio financeiro da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN);

a notícia veiculada pela organização Rios Vivos, dentro do portal ECOA³ aponta ainda para a participação na organização do Fórum de Luta de Entidades de Cáceres (FLEC), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais (REMAR-CONTRA) e do CNPT/ Instituto Chico Mendes, este último também como apoio financeiro.

¹ <http://www.ufmt.br/remtea/viremtea/index.htm> (página do evento). Acesso em 17/10/2010

² http://www.seplan.mt.gov.br/html/noticia.php?codigoNoticia=1202&f_assunto=0&f_grupo=0&f_data=0, acesso em 17/10/2010

³ “II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso”. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/II+Seminario+de+Mapeamento+Social+de+Mato+Grosso+/16457>, acesso em 17/10/2010

Um dos objetivos do Seminário seria a discussão a respeito da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal 6.040/2007), constando na programação uma reunião para a elaboração de uma proposta de Política Estadual referida a tal decreto, envolvendo representantes do Ministério do Meio Ambiente, de organizações de Comunidades Tradicionais e do Instituto Chico Mendes. Ainda não foi localizada uma previsão para a publicação dos anais de tal encontro. Entretanto, é de se notar que os governos locais e as próprias comunidades e povos *tradicionais* estão realizando esforços para a implantação do decreto acima mencionado da maneira como é especificado no artigo 1º do documento de 2007, na esteira das recomendações internacionais (como a *Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas*): “As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática”⁴.

De fato, a sustentabilidade é um termo que perpassa os discursos do Estado, de organizações indígenas, aparecendo de forma recorrente até mesmo em blogs independentes e específicos de alguns povos. Fica claro, no texto do decreto que instaura a PNPCT, que o que se entende por *desenvolvimento sustentável* não se limita à preservação ambiental: alia-se à possibilidade de desenvolvimento econômico - mas também tecnológico - destes povos tradicionais tendo em vista a manutenção de sua tradição, no que se refere às crenças e ritos, técnicas produtivas e sua relação com a natureza⁵.

⁴ Ministério do Desenvolvimento. *Decreto 6.040/2007*. Brasília, 2007. Disponível em www.mds.gov.br, acesso em 29/09/2010.

⁵ Precisamente, o artigo 3º do referido decreto estabelece que se compreende por “Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”. O texto anexo ao decreto estabelece em catorze pontos os princípios da PNPCT, que enfatizam o respeito e a preservação do modo de vida desses povos. Idem.

No dia 19 de outubro de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que oficializa a criação da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, conforme noticiaram, na mesma data, o portal de notícias G1⁶ e a página eletrônica do jornal *O Estado de São Paulo*⁷. O novo órgão, submetido ao Ministério da Saúde, assume a responsabilidade pelos serviços de saúde e pelas ações de saneamento básico nas áreas indígenas, anteriormente a cargo do Departamento de Saúde Indígena da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). De acordo com a matéria do G1, o Ministro da Saúde José Gomes Temporão afirmou na cerimônia que

“A secretaria vai permitir integrar saneamento com atenção, promoção, prevenção e atenção hospitalar e vai dar infraestrutura para que o SUS [Sistema Único de Saúde] possa fornecer às populações indígenas, aos 600 mil índios brasileiros atenção à saúde de qualidade”.

A notícia veiculada pela Funai⁸ ainda atesta que esta era uma das principais reivindicações do *movimento indígena*, e que tal mudança permitirá maior eficácia na realização dos serviços, além de possibilitar sua fiscalização pela Funai, devido sua articulação com Ministério. A partir da data de assinatura do decreto, “o Ministério da Saúde e a Funasa terão o prazo de 180 dias para efetivar a transição da gestão do subsistema de Atenção à Saúde

⁶ “Lula assina decreto de criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena”. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/10/lula-assina-decreto-de-criacao-da-secretaria-especial-de-saude-indigena.html>, acesso em 23/10/2010

⁷ Agência Brasil. “Governo cria Secretaria Nacional de Saúde Indígena”. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/vida,governo-cria-secretaria-nacional-de-saude-indigena,626995,0.htm>, acesso em 23/10/2010

⁸ “Governo atende reivindicação de indígenas e cria Secretária Especial de Saúde Indígena”. Disponível em http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2010/outubro/un2010_09.htm, acesso em 29/10/2010.

Indígena para o Ministério da Saúde”⁹, e 34 os distritos sanitários voltados aos indígenas passarão a funcionar de maneira autônoma.

As notícias observadas sobre tal assunto apontam para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, cuja implantação também ficará a cargo da nova secretaria.

O investimento em cursos de formação de agentes sanitários voltado para indígenas também parece estar alinhado à PNPCT, na medida em que é um meio pelo qual se pode tornar os próprios membros das comunidades responsáveis pela saúde de seus povos. O portal BVNews, de Roraima, veiculou em 24 de setembro de 2010 uma notícia intitulada “Funasa capacita indígenas como agentes de saneamento”¹⁰, que relata que a coordenação regional do órgão promove, pela quarta vez, um curso de capacitação de Aisan (agentes indígenas de saneamento). Os 66 indígenas escolhidos em suas aldeias receberão treinamento para tornarem-se “agentes multiplicadores de atenção à saúde” envolvendo duas etapas: a primeira, de orientação teórica, e a segunda envolvendo um estágio supervisionado por agentes da Funasa, que avaliará seu desempenho.

Outro projeto da Funasa, ainda em fase de elaboração, chama a atenção: o “Projeto Aldeia Limpa” será implantado em comunidades da etnia Krahô, no estado do Tocantins, que objetiva *conscientizar os indígenas a respeito da ligação entre ambiente, resíduos, saúde individual e coletiva*, de acordo com a notícia publicada na página da própria Funasa¹¹. O texto ainda destaca:

⁹ Agência Senado. “Criada a Secretaria Nacional de Saúde Indígena”. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=104870&codAplicativo=2>, acesso em 21/10/2010.

¹⁰ BVNews. “Funasa capacita indígenas como agentes de saneamento”. Disponível em <http://www.bvnews.com.br/cotidiano7145.html>, acesso em 17/10/2010.

¹¹ Funasa. “Oficina de Educação em Saúde apresenta Projeto Aldeia Limpa no Tocantins”. Disponível em http://www.funasa.gov.br:8080/siscanot/noticias/not_2010/not.php?cod=643, acesso em 17/10/2010

O objetivo é buscar o resgate e a preservação do referencial cultural e tradicional dos indígenas, associados às intervenções com o ambiente e a qualidade de vida nas aldeias. (...) Ações como esta demonstram o compromisso da Funasa em manter atualizados os profissionais de saúde indígena, através das capacitações, favorecendo iniciativas que visam à melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas do Tocantins.

As ações e projetos do órgão que, até o momento, se ocupa dos serviços voltados à saúde entre os povos indígenas estão, pelo que se pode notar a partir do acompanhamento de notícias realizado entre os meses de setembro e outubro, bem alinhados à implantação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Com a efetivação da transição de órgãos, que transferirá as responsabilidades da Funasa para a recém-criada Secretaria Nacional de Saúde Indígena, deve-se observar como este tipo de projeto passará a ser formulado e implantado entre os povos indígenas.

Referências bibliográficas –

- Agência Brasil. “Governo cria Secretaria Nacional de Saúde Indígena”. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/vida_e_governo-cria-secretaria-nacional-de-saude-indigena,626995,0.htm, acesso em 23/10/2010

- Agência Senado. “Criada a Secretaria Nacional de Saúde Indígena”. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=104870&codAplicativo=2>, acesso em 21/10/2010.

- BVNews. “Funasa capacita indígenas como agentes de saneamento”. Disponível em <http://www.bvnews.com.br/cotidiano7145.html>, acesso em 17/10/2010.

- ECOA / Rios Vivos. “II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso”. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/II+Seminario+de+Mapeamento+Social+de+Mato+Grosso+/16457>, acesso em 17/10/2010

- Funai. “Governo atende reivindicação de indígenas e cria Secretária Especial de Saúde Indígena”. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2010/outubro/un2010_09.htm, acesso em 29/10/2010.

- Funasa. “Oficina de Educação em Saúde apresenta Projeto Aldeia Limpa no Tocantins”. Disponível em: http://www.funasa.gov.br:8080/siscanot/noticias/not_2010/not.php?cod=643, acesso em 17/10/2010

- G1. "Lula assina decreto de criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena". Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/10/lula-assina-decreto-de-criacao-da-secretaria-especial-de-saude-indigena.html>, acesso em 23/10/2010

- Ministério do Desenvolvimento. *Decreto 6.040/2007*. Brasília, 2007. Disponível em: www.mds.gov.br, acesso em 29/09/2010.

- Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso. "Cuiabá vai sediar o VI Encontro da REMTEA que será realizado em outubro desse ano". Disponível em:

http://www.seplan.mt.gov.br/html/noticia.php?codigoNoticia=1202&f_assunto=0&f_grupo=0&f_data=0, acesso em 17/10/2010

- Universidade Federal de Mato Grosso / VI Encontro da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental <http://www.ufmt.br/remtea/viremtea/index.htm>, acesso em 17/10/2010